

## AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO ATUAL CENÁRIO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO BRASIL

Fernando Roberto de Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> GERENTE DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS. SUPERINTENDÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS-SIP. AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei 9433/97, sendo considerada uma das mais avançadas normas legais no tema. Esse diploma legal vem, portanto, sendo implementado há 13 anos nas esferas Federal e Estadual, com distintos níveis de alcance e êxito. Importantes avanços ocorreram nesse período. Hoje, cada um dos estados tem sua lei de recursos hídricos, alguns com norma específica para águas subterrâneas; órgãos gestores funcionando; a grande maioria já instalou o Conselho de Recursos Hídricos, enfim tem-se evoluído bastante na estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então, com o Sistema já razoavelmente consolidado, passou-se a empenhar maiores esforços na aplicação efetiva dos instrumentos de gestão, quais sejam: outorga, cobrança, planos de bacia, enquadramento e sistema de informações. No tocante aos instrumentos de gestão, observa-se um grande descompasso na aplicação em relação às águas superficiais e subterrâneas. As primeiras estão muito à frente no processo, em decorrência do histórico de uso desse manancial no Brasil. A outorga está funcionando na maior parte dos Estados, em alguns de maneira mais sistemática e consolidada, ao passo que em outros ainda incipiente, mas vem sendo emitido o direito de uso; a cobrança vem sendo realizada somente em algumas poucas bacias, mas também focada em águas superficiais; os planos de recursos hídricos, em seus diversos recortes mantêm forte conotação na componente superficial; o enquadramento ainda inexistente em águas subterrâneas, enquanto para a outra fase encontra-se no início; por fim os sistemas de informação, encontram-se em implantação para águas superficiais, o qual está bastante adiantado no tocante à União com o Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos Hídricos- SNIRH, onde atualmente se desenvolve um módulo de águas subterrâneas, por outro lado, nos estados esse instrumento pouco tem evoluído, com raras exceções. Em que pese o atraso em relação à implementação dos instrumentos de gestão, em relação às águas superficiais, a componente subterrânea do ciclo hidrológico tem experimentado importantes avanços a partir de 2007, como indicam os seguintes fatos: i) Implementação do Projeto de Proteção Ambiental de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, o qual foi um dos responsáveis por colocar o tema águas subterrâneas na ordem do dia da sociedade, esfera política e mídias; ii) o planejamento e implementação da Agenda Nacional de Águas Subterrâneas pela Agência Nacional de Águas, focada no apoio aos Estados com vistas à gestão integrada dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais, com ações em capacitação, estudos hidrogeológicos voltados para a gestão de recursos hídricos, aplicação dos instrumentos da Lei 9433/97 em águas subterrâneas e gestão compartilhada de aquíferos interestaduais e transfronteiriços; iii) a aprovação pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, da Resolução CONAMA 396/2008 que trata da classificação e diretrizes para o enquadramento de águas subterrâneas; iv) a sanção pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos, do Programa Nacional de Águas Subterrâneas-PNAS, das Resoluções CNRH 91/2008, 92/2008 e 107/2010, as quais tratam, respectivamente, de enquadramento de recursos hídricos, proteção e conservação de águas subterrâneas e do estabelecimento da rede nacional de monitoramento de águas subterrâneas; dentre outras. O cenário atual mostra que as águas subterrâneas vêm, lenta e paulatinamente, ocupando naturalmente o seu espaço e a importância que tem para uma gestão de recursos hídricos holística, sistêmica e integrada, de forma a possibilitar aos tomadores de decisão avaliações mais realistas das demandas dos usuários e da sociedade, em geral. Contribuindo para ampliar a participação do tema águas subterrâneas na pauta de recursos hídricos do país, recentemente veio à tona uma série de declarações acerca das potencialidades do Aquífero Alter do Chão, localizado na região Amazônica. Diversas manifestações oriundas de professores da Universidade Federal do Pará o consideram com reservas superiores ao do Sistema Aquífero Guarani, o que tem gerado um grande fluxo de informações na mídia acerca desse aquífero. Pela dimensão areal da então Bacia Sedimentar do Amazonas, hoje compartimentada em 3 unidades menores (Bacias Sedimentares do Amazonas, Solimões e Acre) e espessuras reveladas nas sondagens para pesquisa de gás e petróleo, é perfeitamente previsível que possamos ter colossais aquíferos nessas Bacias. Tem-se postulado que a região amazônica, considerando a participação de territórios de países vizinhos aloje um super Sistema Aquífero, denominado inicialmente de Amazonas, com área de cerca de 4.000.000 Km<sup>2</sup> (ISARM, 2007). Por fim, tudo está no campo das fortes suposições, uma vez que é necessário um amplo estudo hidrogeológico em território brasileiro para se conhecer minimamente as reservas hídricas subterrâneas nessa região, se os aquíferos estão interconectados, enfim há quase tudo por fazer. Entretanto, não há a menor dúvida que a região amazônica ficará conhecida, em longo prazo, não somente pela maior diversidade do planeta, maior floresta tropical e maior volume de água superficial, mas certamente também pelas maiores reservas de águas subterrâneas do planeta. Isso é estratégico para o Brasil e para o mundo.